



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

CHIRLEI LIDIANE DOS SANTOS

**O ÍNDIGENA NA UNIVERSIDADE: IDENTIDADE E FRONTEIRAS ÉTNICAS NO
ENSINO SUPERIOR 2010-2020**

Delmiro Gouveia

2022

CHIRLEI LIDIANE DOS SANTOS

**O ÍNDIGENA NA UNIVERSIDADE: IDENTIDADE E FRONTEIRAS ÉTNICAS NO
ENSINO SUPERIOR 2010-2020**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. José Ivamilson Silva Barbalho

Delmiro Gouveia

2022

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
HISTÓRIA – LICENCIATURA



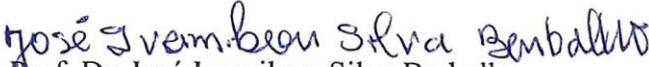
FOLHA DE APROVAÇÃO

Chirlei Lidiane dos Santos

O índio na universidade: identidade e fronteiras étnicas no ensino superior 2010-2020

Trabalho de Conclusão de Curso em História, modalidade Licenciatura Plena, da Universidade Federal de Alagoas, aprovado em defesa pública no dia 26 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:


Prof. Dr. José Ivamilson Silva Barbalho
Orientador

Documento assinado digitalmente
 PEDRO ABELARDO DE SANTANA
Data: 09/02/2023 17:24:01-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana – UFAL /Campus do Sertão)
1º Examinador

Documento assinado digitalmente
 FLAVIO AUGUSTO DE AGUIAR MORAES
Data: 09/02/2023 10:52:51-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Flávio Augusto de Aguiar Moraes
2º Examinador

Dedico esse trabalho aos meus pais, que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino superior, mas que não mediram esforços para garantir que eu permanecesse.

Esse trabalho é mérito meu, mas não conseguiria sem vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado saúde para continuar caminhando e ter chegado até aqui.

Agradeço aos meus pais, que se desdoblaram para garantir minha permanência na universidade e nunca mediram esforços para me dar o melhor. Obrigado por todos os incentivos e por nunca me abandonarem.

Agradeço ao meu marido, que sempre esteve do meu lado, dando apoio e suporte sempre quando precisei.

As minhas irmãs, que sempre estiveram ao meu lado me encorajando.

A minha amiga Luciana Juvêncio, que compartilhou comigo muitos momentos memoráveis na trajetória acadêmica e se tornou uma parceira na vida. Obrigado por tudo.

Agradeço a todos que, de forma direta ou indiretamente, contribuíram no meu percurso na universidade, em especial ao meu orientador pela paciência e por ter segurado a minha mão no desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

O presente artigo aborda uma discussão a respeito da busca de jovens indígenas pelo Ensino Superior, levando em consideração sua realidade escolar e as fronteiras étnicas. Tendo em vista a implantação da Universidade Federal de Alagoas, Campus do sertão que tornou real a possibilidade de cursar um ensino superior público e de qualidade. A pesquisa realizada teve caráter bibliográfico, exploratório, utilizando abordagem qualiquantitativa. A coleta de dados foi feita através de questionário orientado, contendo questões abertas e fechadas. A análise do material indicou que a busca dos povos indígenas por um Ensino Superior está relacionada diretamente com melhorias para vida seja ela profissional e/ou comunitária.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Ensino Superior; Educação.

ABSTRACT

This article addresses a discussion about the search for higher education by indigenous youth, taking into account their school reality and ethnic boundaries, in view of the implementation of the Federal University of Alagoas campus in the hinterland, which made the possibility of studying higher education real. higher quality public. The research carried out had a bibliographic, exploratory character, using a qualitative and quantitative approach. Data collection was done through a questionnaire with open and closed questions. The analysis of the material indicated that the search for higher education by indigenous peoples is directly related to improvements in their professional and/or community life.

Keywords: Indigenous Peoples; University education; Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Terras Indígenas do Estado de Alagoas	15
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PROUNI	Programa Universidade para todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE: UM ESBOÇO HISTÓRICO	12
3 IDENTIDADE INDÍGENA: SOCIEDADE, RELIGIÃO, ECONOMIA E CULTURA .	16
3.1 O Tronco e a Ponta de Rama	16
3.1.1 Cultura e Pertencimento.....	19
3.2 Por que o indígena precisa procurar educação fora da aldeia?	21
4 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, CAMPUS SERTÃO: CAMPO DE PESQUISA	28
4.1 Análise e interpretação de dados coletados.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35
ANEXOS	39

1 INTRODUÇÃO

Na história dos povos indígenas, há muitas temáticas e discussões de grande importância e relevância. Seja na história passada ou na história contada nos dias atuais, sobre a chegada e trajetória vivida pelos povos indígenas, mediante a todas as fronteiras que foram forçados a atravessar. Apesar da necessidade de discussão, faremos aqui uma breve análise da história indígena e temas correlatos, aprofundando em questões étnicas e de identidade desses povos em um contexto socioeducacional, visando a busca pelo ensino superior.

O cenário que os povos indígenas no sertão alagoano vivenciam ou vivenciaram como a miséria, pobreza e preconceitos presentes no seu dia a dia, é uma realidade não só em Alagoas, mas em todo o Nordeste. De acordo com o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2010) esses povos foram espoliados de suas terras no passado e muitas vezes obrigados a renunciar a suas tradições e identidades em busca de uma existência precária, passando pelo incômodo de ter que provar corriqueiramente que são índios. Mesmo sabendo que, a autoidentificação é um critério válido para determinar o pertencimento ou não de grupos étnicos no Brasil, decretado judicialmente e acordado internacionalmente. De acordo com a legislação brasileira, ainda existem casos em que nos deparamos com alguns servidores da burocracia estatal que usam de regalias para dizer quem é ou não índio, fora os julgamentos de todos que se acham no direito de julgar e justificar a identidade do outro.

Os debates e as questões impostas sobre a identidade dos povos indígenas, evidentemente mostram-se mais complexas fora dos arredores da aldeia, as pessoas (não índios), ainda compartilham de muitas dúvidas sobre quem realmente é ou como saber se são verdadeiramente índios, o que os leva de forma proposital ou não, a insultar e zombar de quem se diz índio. Não basta ser descendente do sangue indígena, há uma necessidade de uma caracterização específica. O que Silva (2014) vai chamar de racismo institucional.

Esse tipo de racismo é comumente expresso nas regiões mais antigas de colonização ou onde existem conflitos latentes em razão de terras indígenas. A exemplo do Nordeste onde existem os chamados 'índios misturados', e é facilmente constatável que no âmbito da Educação a identidade indígena quando não é veementemente negada ou sempre questionada, torna-se motivo de chacotas. Tendo sempre como horizonte

comparativo o fenótipo de indígenas habitantes na região Amazônica, portadores de uma suposta cultura pura e imutável e por isso visto como “índios verdadeiros” em oposição aos “índios aculturados” (SILVA, 2014, p.26).

Além de tais questões que atentam para o aumento considerável na procura dos povos indígenas pelo ensino superior, que vem crescendo nas estatísticas, mesmo levando em consideração as barreiras étnicas que ainda persistem no mundo atual, muitos motivos podem levar o índio à busca pelo ensino superior. Dentre elas podemos presumir, a procura por melhores condições financeiras já que a graduação pode trazer oportunidade de trabalho, tanto dentro da sua comunidade como fora dela, garantindo um crescimento individual e/ou coletivo.

Mas qual a razão desses jovens indígenas buscarem pelo Ensino Superior, considerando sua realidade escolar e como ele, o indígena, é preparado para chegar no ensino superior? Tendo em vista a precariedade educacional quando levado em consideração o ensino indígena.

Para entender tais questionamentos utilizamos da pesquisa bibliográfica, exploratória, descritiva, empregando abordagem quali-quantitativa, tendo como método de investigação a história oral¹. Nesse sentido, buscaremos sondar os muros educacionais e trazer um pouco dos desdobramentos dos povos indígenas correspondentes ao sertão alagoano, de forma mais específica com os indígenas do sertão de Alagoas, que rodeiam a cidade de Delmiro Gouveia e frequentam o Campus Universitário do Sertão (UFAL). Desta forma as aldeias Jiripancó, Karuazu, Katokinn, Kalankó e Koiupanká serão objetos de estudos à medida que estão localizadas em cidades vizinhas e que há indivíduos indígenas, concomitantes no campus universitário estudado. Através da realidade destes, investigaremos como eles, os indígenas são preparados para entrar na universidade? Quais causas os levam a querer frequentar o ensino superior? Quais são as fronteiras/ limites étnicos? Onde esses limites estão localizados no contexto socioeconômico educacional? Como se dá o processo de identificação dentro do campus?

¹ Se pudermos arriscar uma rápida definição, diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram e, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo (ALBERTI, 2005)

2 POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE: UM ESBOÇO HISTÓRICO

Travando um processo histórico, vamos pensar no período de colonização onde os índios em uma visão mais ampla dos fatos, aparece relacionado a duas vertentes: o índio como vítima e como sujeito deste processo. Segundo Vieira (2010),

Para o conquistador europeu dominar os territórios ocupados pelos indígenas e submetê-los à sua lógica, utilizou de variadas formas, destacando-se entre elas o genocídio e a escravização. Muitas guerras e expedições foram executadas no período colonial contra as populações indígenas, principalmente tendo como alvo aqueles que resistiam à submissão e defendiam seus territórios. (VIEIRA, 2010, p.31)

Em outra visão, Silva (2003) fala sobre a concepção do conceito de resistência que possibilitou a sobrevivência desses nativos por décadas, sem querer negar as violações praticadas contra esses povos, salientando que esses mesmos foram sujeitos de uma resistência fluente. O autor discute sobre uma concepção mais ampla de relações culturais que se dá através de gestos, práticas e de uma resistência cultural do cotidiano, atitudes que romperam com uma suposta totalidade da dominação colonial, que ele conceitua como “resistência invisível”. Nas palavras do autor,

[...] discussões iniciadas nos anos de 1980 no Brasil na área da Antropologia sobre a dinâmica da colonização, as relações culturais em uma situação de contato, sobre a identidade étnica, a territorialização [...], como também as novas abordagens pelos estudos de História, [...] permitiram repensar a ideia atribuída aos indígenas como ‘povos derrotados’, passivos, subjugados, que passaram a ser vistos como sujeitos/agentes ativos no processo colonial, num contexto de dominação/imposição cultural (SILVA, 2003, p.40).

Essa concepção de resistência invisível surge quando é levado em consideração o convívio aparentemente pacífico entre colonizadores e índios, tendo em vista que esse período foi marcado por violências explícitas. Desse modo, a resistência aparece nas diferentes estratégias utilizadas pelos povos nativos de forma contínua em uma permanente resistência ao colonialismo, através das simulações, das acomodações, dos acordos, das alianças, ou seja, das apropriações simbólicas que as culturas indígenas fizeram da cultura colonial,

reformulando-a, adaptando-a, refazendo-a, influenciando-a ao seu favor, negociações que permitiram uma melhor “convivência” e a sobrevivência nesse período (SILVA, 2003). Mesmo diante disso devemos levar em consideração que,

As populações indígenas não tiveram alternativa diante do processo imposto pela colonização. Foi diante dessa constatação que muitas etnias foram extintas, outras se dispersaram à procura de novos espaços, enquanto que outras, submetidas ao jugo dos interesses econômicos, políticos e religiosos negociaram a convivência com as forças não indígenas. (VIEIRA, 2010, p.33).

Com as apropriações de terra pelos portugueses nos diversos aldeamentos e as consequências que essa impugnação trouxe, vários povos indígenas deixaram suas terras em busca de um melhor meio de sobrevivência. Essas populações são levadas a permanentes migrações, desestruturações sociais e reterritorialização, ao longo dos 500 anos de contato com europeus e da sociedade nacional (VIEIRA, 2010). O nordeste brasileiro pode ser referido como uma dessas áreas de colonização antiga e que resistiram aos ataques dos colonizadores em meio aos impactos econômicos e socioculturais. Conforme apresentou Silva (2003),

Os povos indígenas no Nordeste lembram em suas tradições orais que com as invasões sistemáticas de suas terras e decretação das extinções dos aldeamentos, ocorreram casos de umas poucas famílias que migraram para terras de outros aldeamentos, também oficialmente declarados extintos. Muitas famílias indígenas engrossaram o grande contingente de mão-de-obra espalhado pelas regiões vizinhas às aldeias, ora trabalhando nas fazendas, como moradores, agregados, sem terras, ora trabalhando no cultivo sazonal da cana-de-açúcar na Zona da Mata, ora vagando pelas estradas, sem-terra e sem-teto vieram ocupar as periferias dos centros urbanos (SILVA, 2003, p.42).

Com essa disseminação dos povos indígenas surge uma ideia de extinção do índio, considerada um equívoco, entre meados do século XVIII e XIX. Esta é discutida e justificada por diversos motivos distintos que complementam a trajetória histórica do índio, principalmente, dos povos indígenas do Nordeste, esclarecendo que não houve uma extinção. O que houve foi um silenciamento de voz e de vez desse povo por um determinado período.

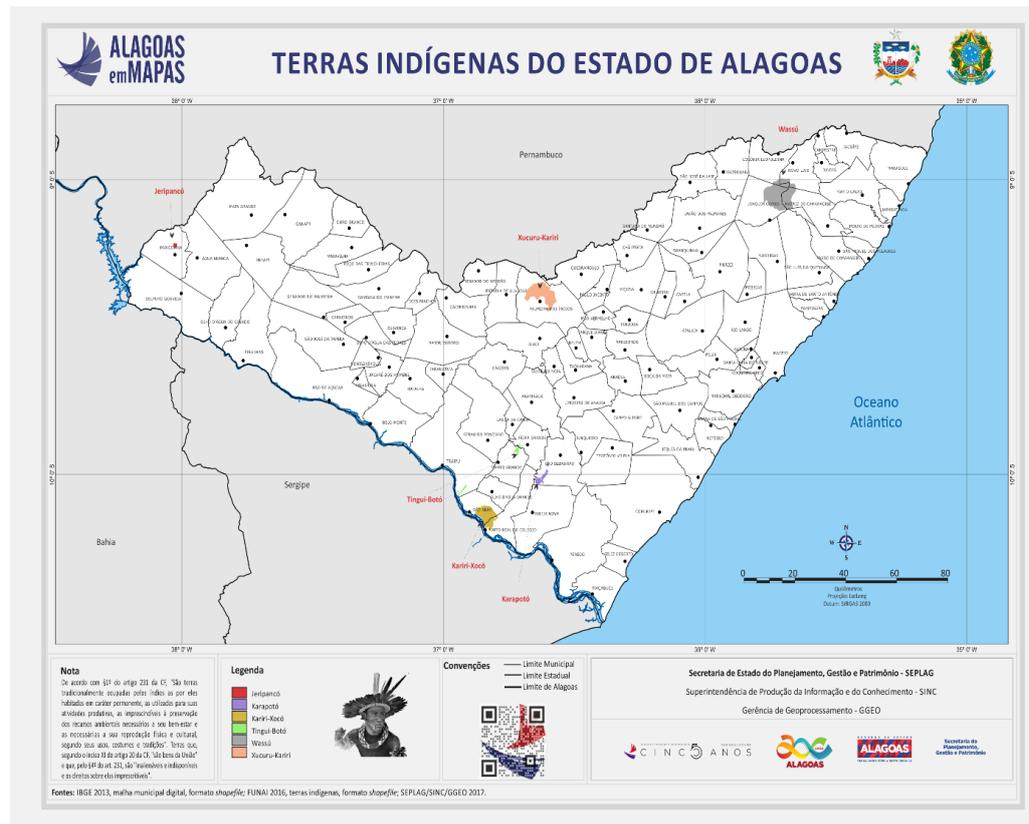
A vista disso e ao contrário do que antes foram impostos, percebe-se atualmente que houve um grande crescimento dos povos indígenas no Brasil. De

acordo com Censo Demográfico do IBGE (2010), a população indígena corresponde cerca de 817.963 mil pessoas no território nacional, mas levando em consideração o ano atual e o ritmo de crescimento da população indígena que, segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), já chegou a um aumento anual de 10,8% e esses dados podem ter mudanças significativas. E quanto às áreas de maior ocupação indígena e que ganha ênfase nesse sentido está a região Nordeste, com aproximadamente 208.691 mil pessoas, abaixo apenas da região Norte, sendo o Nordeste a região que concentra o maior número de indígenas na área rural.

O processo de miscigenação, a apropriação do ambiente e seus recursos, os interesses econômicos, a drástica diminuição do número de povos e indivíduos, ausência da perspectiva indígena nos relatos históricos, entre outros fatores, colaboraram para a falsa percepção de uma quase total assimilação das comunidades indígenas na sociedade nacional nos estados do Nordeste - e em Alagoas não foi diferente. Apesar desse processo que ocasionou êxodo e descontinuidades culturais entre os povos indígenas do Nordeste, as comunidades indígenas alagoanas continuam resistindo e ressignificando sua cultura e etnia (FREIRE, 2020, p.26).

Tratando da região Nordeste enfatizando o estado alagoano, a mesma compreende o correspondente à 16.291 pessoas indígenas no qual 6.268 aparecem na condição de residentes e 10.023 pessoas não residentes. De acordo com a pesquisa censitária é considerado pessoa indígena aquele que se autodeclara, residindo ou não em terras indígenas, bem como aqueles que moram em terras indígenas e não se autodeclararam. Dessa forma são reconhecidas 11 etnias e 29 aldeias; essas onze etnias estão distribuídas em quatorze municípios alagoanos e algumas se estendendo a mais de um município, são elas: ACONÃ (Traipu), JIRIPANCÓ (Pariconha), KALANKÓ (Água Branca), KARAPOTÓ (São Sebastião), KARIRI-XOCÓ (Porto Real do Colégio), KARUAZU (Pariconha), KATOKINN (Pariconha), KOIUPANKÁ (Inhapi), TINGUI-BOTÓ (Feira Grande), XUCURU-KARIRI (Palmeira dos Índios), WASSU COCAL (Joaquim Gomes).

Figura 1 – Mapa Terras Indígenas do Estado de Alagoas



Fonte: IBGE 2013, malha municipal, formato Shapefile; FUNAI 2016, terras indígenas, formato Shapefile; SEPLAG/SINC/GGEO 2017.

Nesse sentido, esses povos resistiram e mantiveram sua cultura ativa de acordo com a própria perspectiva de vida. Logo, podemos dizer que se reinventaram para garantir meios que os levassem a sobreviver e persistir com seus costumes, mesmo em uma realidade diferente. A busca por visibilidade nas “paredes” políticas sempre existiu, a luta pela assistência das políticas públicas é recorrente, considerando que existem carências sociais/comunitárias. E essa temática de lutas é corriqueira de antes até os dias atuais e as questões indígenas mesmo com tantos debates, decretos sempre estão à mercê de dinâmicas sociais.

3 IDENTIDADE INDÍGENA: SOCIEDADE, RELIGIÃO, ECONOMIA E CULTURA

3.1 O Tronco e a Ponta de Rama

Os povos de Etnia Pankararu formam um grupo de indígenas brasileiros do alto sertão nordestino que vivem nas proximidades do rio São Francisco em um território localizado entre os municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia, localizado no estado de Pernambuco, conhecido como Brejo dos Padres, um pequeno vale rico em terras férteis servidas por várias fontes de água. As terras do centro da aldeia foram demarcadas em 1942, mas só tiveram reconhecimento étnico, identitário e a efetivação de suas terras no início da década de 1990, que foi um período marcado por muitos conflitos territoriais (PEIXOTO, 2018).

De acordo com Vieira (2010), no contato com os colonizadores no território, os indígenas sofreram invasões onde as populações foram submetidas a viver em confinamento e sob domínio da catequese e dos senhores de fazendas. Além disso, a não resolução dos conflitos territoriais e o crescimento populacional ocasionaram o aumento da fome e dos conflitos internos. Conseqüentemente, isto impossibilitou a permanência dos diferentes grupos étnicos² em um mesmo espaço, o que levou muitas famílias no século XIX a abandonarem a aldeia e migraram em busca de novas terras para o trabalho e até mesmo indo ao encontro de parentes em outras regiões como, por exemplo, os estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Alagoas.

Com a dissolução do aldeamento de Brejo dos padres e a formação das novas ramas ou pontas de rama, as práticas ritualísticas tornaram-se comum a todos os povos indígenas do alto sertão alagoano, mesmo tendo absorvido outros costumes dos não-índios, os povos Pankararu que migraram para outras regiões mantiveram ligação com sua “Aldeia Mãe”. A partir do pensamento de Vieira (2010), podemos realizar uma breve análise dessas novas etnias ramificadas do Povo Pankararu, conforme expressamos abaixo:

² O termo grupo étnico, na bibliografia antropológica, é geralmente entendido (cf. NARROL, 1964) para designar uma população que: (1) perpetua-se biologicamente de modo amplo, (2) compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais, (3) constitui um campo de comunicação e de interação e (4) possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferente de outras categorias do mesmo tipo (POUTIGNAT, 1998, p. 189).

- O povo **Jiripancó** foi o primeiro grupo descendente dos Pankararu, e o primeiro a se organizar no estado de Alagoas, originado por José Carapina a primeira família chegou na região no final do século XIX, atravessando o rio Moxotó, rio que separa os estados de Pernambuco e Alagoas. Se localizando no município de Pariconha, região do alto sertão, a 300 km da capital Maceió, onde as famílias estão distribuídas entre as aldeias do Ouricuri, Figueiredo, Serra do Perigoso e Volta do Moxotó (VIEIRA, 2010, p.39).
- Também localizada em Pariconha, o povo **Katökinn** vive na periferia da cidade conhecida como Alto de Pariconha. Organizado com os Karuazu, assumiu a própria organização étnica em setembro de 2002, liderado pela cacica Maria das Graças (Nina) e pelo pajé Arvelino (já falecido), esse povo vem travando uma luta pelos direitos à saúde e educação, e, especialmente, pela demarcação da terra. (VIEIRA, 2010, p.41)
- O povo **Karuazu** são os habitantes atuais das aldeias localizadas em Campinhos e Tanque, desde o final do século XIX, também no município de Pariconha. Por motivos religiosos e políticos, a população se dividiu em torno das lideranças de Antônio Karuazu - pajé de Campinho; e Edvaldo Soares de Araújo - cacique de Tanque. Há 11 anos lutam pela conquista dos direitos constitucionais. Principalmente, o reconhecimento étnico, demarcação do território e assistência de saúde e educação específicas e diferenciadas (VIEIRA, 2010, p.41).
- A etnia **Kalankó** é outro grupo de origem Pankararu, que, no século XIX, migrou em busca de terras para trabalhar e reproduzir-se culturalmente, chegando a uma área na região da caatinga, localizada a 18km da cidade de Água Branca, no sertão de Alagoas. Seus familiares estão organizados entre as comunidades da Januária, Quixabeira, Lajedo do Coro, Gregório e Santa Cruz, está localizada no município de Mata Grande. Por muito tempo, viveram no anonimato, misturados aos sertanejos e assumindo seus costumes, durante esse período foram obrigados a disfarçar sua

identidade étnica e cultural, inviabilizando as práticas religiosas originais. (VIEIRA, 2010, p.40)

- O povo **Koiupanká** vive no município de Inhapi, também no sertão de Alagoas, e estão organizados nas comunidades Baixa Fresca, Baixa do Galo e Aldeia Roçado, enquanto outras famílias se encontram pelas serras e periferias das cidades. Sua relação de parentesco, matriz cultural e religiosa estão diretamente ligadas ao povo Pankararu. Entretanto, existe uma relação de identidade cosmológica dos Koiupanká, com o povo Pankararé, do município de Nova Glória, sertão da Bahia. (VIEIRA, 2010, p.41-42)

E como entender o conceito de Tronco e Ponta de Rama? Vamos tentar compreender esse processo através da explicação elucidativa descrita por Peixoto (2018), onde ele afirma que:

Tal observação é possível quando vemos como uma grande árvore onde os Pankararu são o tronco e os grupos que se formaram com as diásporas e com os enxames são os ramos. O tronco sustenta a árvore na terra, retirando dela os nutrientes necessários para a sua vida, os ramos captam o oxigênio, trocam elementos com o vento, com os pássaros e insetos e eliminam os gases desnecessários, purificando e renovando o todo. Assim, percebe-se que o tronco e as ramas desenvolvem um laço de dependência e cooperação mútua que deve ser multiplicado ao criar novos grupos, ao soltar novos enxames. As relações entre tronco e as ramas são fortalecidas através das viagens temporárias realizadas por conta da participação em circuitos rituais regionais, para participar das mobilizações pela reivindicação de direitos ou nas várias visitas aos centros de decisão política local, regional ou nacional; são nesses momentos ou eventos que se percebe o quanto as diásporas contribuíram para a formação de outras identidades conectadas à identidade Pankararu. As ramas, mesmo possuindo território próprio, continuam realizando deslocamentos em busca de emprego ou de escolarização, o que pode e deve continuar gerando novos desdobramentos étnicos e esses, seguirão a dinâmica de serem ramos ligados ao tronco que os sustenta, mas que em consequência lhe renovam a cada novo broto, fruto ou semente que gera. Essa relação é histórica e se origina na mobilidade descrita na raiz da formação dos próprios Pankararu como produto de vários deslocamentos para Brejo dos Padres e, como tal, vem se reproduzindo à medida que se expande para além das suas fronteiras (PEIXOTO, 2018, p. 41-42).

Vale salientar que esses povos apesar de se reconhecerem e serem reconhecidos como “rama ou ponta de rama” Pankararu e ter o prazer de afirmar,

eles não apresentam nenhum interesse em serem vistos como tais. Ou seja, como Pankararu, segundo Amorim (2010), é nessa singular afinidade que se delinea a busca pelo reconhecimento étnico territorial, não somente a partir das relações de parentesco. Mas, principalmente, do legado étnico-cultural dos Pankararu e de sua trajetória étnica, elementos de alteridade nos quais ancoram o contínuo étnico.

3.1.1 Cultura e Pertencimento

Ressurgindo através de representações que envolvem de um lado, “as pontas de rama” e os “troncos velhos” de outro, o reaparecimento de várias comunidades que se separaram do seu “tronco originário” e se desenvolveram por meio de uma infinidade de releituras culturais de origem indígenas em confronto com a sociedade dominante (AMORIM, 2003). Os povos Jiripancó, Karuazu, Katokinn, Koiupanká e Kalankó compartilham de uma cultura diversificada e semelhante em alguns pontos com a cultura de outros povos (FREIRE, 2020). Neste sentido, esta cultura é passada de geração para geração, dando continuidade as narrativas que se perpetuaram através da tradição oral, por meio de histórias dos antepassados e das vividas recentemente que são histórias de lutas e vivências de antepassados, lendas pelas quais se mantiveram alguns costumes e crenças vivas até os dias atuais, contendo em cada uma delas formas de educar.

O Toré, o Ouricuri e os Encantados são exemplos disto, bem como os símbolos de representação da cultura indígena no Nordeste, elementos sagrados que afirmam e delimitam a presença (inclusive espiritual) indígena na sociedade brasileira. Grunewald (2008) fala que o Toré, por exemplo, está totalmente incorporado ao movimento indígena como forma de expressão política. Sendo na primeira metade do século XX exigido como uma prova da indianidade, atestada naquela época pelo inspetor do SPI do Nordeste.

O autor afirma que,

[...] Esta prática cultural passou, assim, a circular ideologicamente como sinal diacrítico dessa ampla indianidade e, até hoje, é ensinada de grupos reconhecidos a grupos que pleiteiam reconhecimento indígena em todo o Nordeste. Mesmo grupos que apresentavam outras manifestações culturais (outras danças) incorporam o toré (ou a retórica do toré) como padrão de etnicidade (GRUNEWALD, 2008, p. 43 - 44).

Dessa forma, o Toré representa um referencial de pertencimento dos grupos étnicos nordestinos, sendo aprendido de acordo com a dinâmica de cada grupo de forma processual. O Ouricuri, no entanto, é um ritual religioso comum também, em quase todos os grupos indígenas como forma de manter a organização e manutenção dos ideais políticos do grupo e a conservação da identidade. Muito embora, seja uma cerimônia com menor frequência que o Toré. Nas palavras de Silva Júnior (2008),

A cerimônia, portanto, é uma instituição política para organizar e manter o grupo coeso em torno de uma identidade que os diferencia dos demais. Entretanto, deve-se ter em mente que a mesma não era tão frequente. O Ouricuri de hoje é um cerimonial que remete a um tempo e espaço cósmico em que passado e presente se encontram para entender a realidade e avaliar o futuro. No Ouricuri os antepassados se comunicam com os vivos e formam uma grande unidade dançando juntos o toré. Se o indivíduo é mestiço ou vive como branco, não importa, pois no Ouricuri sua parte indígena se expandiu e formou um com seus antepassados tornando-se neste momento índio puro e verdadeiro (SILVA JÚNIOR, 2008, p.105).

O Toré aparece então como um ponto central enigmático do ritual onde os Encantados ocupam o papel primordial. A fé é uma característica predominante dos aldeamentos indígena do sertão. Curioso notar que, mesmo com a adoção de práticas católicas como, por exemplo, o símbolo da cruz que é utilizado como estratégia para evitar perseguições, esse símbolo e outros empréstimos culturais foram obtendo novos significados na cultura indígena e os fortalecendo. A questão religiosa é uma forma de manter firmes os laços que ligam os povos indígenas com o sagrado, através dos rituais cultuados aos “Encantados” - entidades espirituais que protegem e orientam a vida desses povos. De acordo com Peixoto (2018),

Os Encantados são índios que não passaram pela morte, se encantaram vivos e como tal são cultuados. Sobre esse encantamento pouco pode ser descrito, pois é parte do mistério que funda o universo cosmológico dos Pankararu e das suas ramas e pontas de rama, se convertendo, na atualidade, no segredo dos seus rituais e na fronteira para o não-índio. (PEIXOTO, 2018, p.38)

Todavia esses elementos culturais são fundamentais na indianidade nordestina e porque não dizer alagoana, à medida que os grupos indígenas do alto sertão as praticam de modo geral, de maneiras variadas, mas que encontram – se presentes como representação do ser índio. São elementos de reafirmação, Silva

Júnior (2008), afirma que para os povos indígenas emergentes do sertão alagoano a imagem do “ser índio” está ligada a produção coletiva e comunitária, pois através dos elementos ritualísticos instigam a construção social da auto – imagem, da produção de uma identidade visual por meio de vestimentas e adereços, da fabricação de instrumentos musicais, pintura corporal, uso de bebidas, fumo, alimentação dos praias, entre outros elementos que indicam tradicionalidade e representação.

3.2 Por que o indígena precisa procurar educação fora da aldeia?

De acordo com os levantamentos adquiridos através da plataforma online Quero Bolsa pelo site Agência Brasil (2019), o número de ingressantes no ensino superior avançou em média 48% desde 2010 relacionado a entrada de estudantes indígenas nas universidades brasileiras. Considera-se que, este avanço foi nove vezes maior do que em 2010, já que em 2010, 2.723 alunos que se declararam como indígenas se matricularam nas faculdades e em dados do ano de 2017, foram contabilizadas 25.670 matrículas indígenas. Deste modo,

O ingresso de estudantes indígenas nas universidades brasileiras constituiu uma novidade que colocou a questão da diversidade e da experiência multicultural e pluriétnica em seu interior, trazendo consigo muitos aprendizados, desafios e dificuldades. Segundo pesquisas acerca da presença indígena nas universidades, as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes podem ser divididas em três diferentes tipos: a) econômicas, referentes ao acesso à moradia, transporte, alimentação, compra de materiais didáticos, entre outros; b) pedagógicas, relativas à aprendizagem de novos conteúdos de conhecimentos, em um contexto no qual, normalmente, não há “concessão de qualquer tipo de flexibilização de conteúdos, metodologias, material didático, calendário etc.” (Paula, 2013, p. 804); e c) interpessoais, referentes às relações com pessoas não indígenas, como os colegas de turma, docentes e funcionários técnico-administrativos, as quais podem dar origem a experiências de preconceito e discriminação (Paladino, 2012) (PAULA, 2013; PALADINO, 2012 apud AMES; ALMEIDA, 2021, pag. 247).

Após fazer uma breve análise da vida dos povos indígenas do sertão alagoano nos tópicos anteriores, vamos agora refletir sobre algumas questões sociais para tentar entender quais são os motivos que influenciam os jovens indígenas a buscar pelo ensino superior. Neste sentido, apresentaremos algumas indagações como forma de avaliar as possibilidades de resposta para essas

questões, traçando aqui apenas considerações primárias. A indigência, a economia, a falta de profissionais capacitados na educação e a ilusão da efetivação de uma escola indígena diferenciada.

A forma de vida dos Jiripancó, Karuazu, Katokinn, Koiupanka e Kalankó estão de acordo com os padrões locais de moradias, semelhantes aos povoados alagoanos caracterizados pela pobreza, sendo comum o abastecimento de energia elétrica e o uso do gás butano para cozinhar, ou seja, seguem o mesmo ritmo de vida dos não – índios.

Em relação às atividades socioeconômicas dos povos indígenas do sertão, no município de Pariconha onde se encontram as etnias Jiripancó, Karuazu e Katokinn, as famílias dedicam-se basicamente para a agricultura doméstica: incluindo o plantio de mandioca para a produção de farinha, milho e feijão. Em alguns casos com o excesso da produção a farinha, o milho e o feijão são comercializados na região, predominando também o comércio, administração pública e pecuária. Já a economia de Água Branca, terra do povo Kalankó, semelhante a agricultura de Pariconha cultivam o milho, o feijão, a mandioca e criam animais (caprinos, ovinos, bovinos, galinhas e patos). Também existe o comércio de rapadura produzida da cana de açúcar e a feira livre (AMORIM, 2010). No município de Inhapi onde reside o povo Koiupanká, o comércio e a pecuária são as atividades econômicas predominantes. É comum também a criação de bovinos, suínos, equinos, asininos, muares, caprinos, ovinos e aves, além da produção leite e de ovos ser bem significativa. Na área agrícola predomina o cultivo do feijão, da mandioca e do milho e o extrativismo do carvão vegetal.

Entende-se, então, que os povos indígenas compartilham da forma de vida dos não-índios. Portanto, a economia se resume à produção, comercialização da agricultura e pecuária, por isso é normal se adaptar ou buscar outros caminhos comuns aos índios. Como também aos não-índios por exemplo; alguns jovens buscam através da vida acadêmica lecionar, outros arriscam-se também na vida nas cidades vizinhas com maior movimento comercial, sendo um outro meio muito comum nas regiões aqui citadas o trabalho na construção civil, onde os homens viajam para trabalhar em obras, em vários estados do Brasil. De acordo com Freire (2020),

As sociedades indígenas em contato com a sociedade capitalista acabam reproduzindo, em muitos aspectos, características da última. Hoje, como acontece com a população pobre da zona rural, os indígenas sem terras trabalhavam como arrendatários, meeiros, vendiam sua força de trabalho (diárias ou empreitada) em atividades agropecuárias, na construção civil (imóveis ou estradas), no comércio ou como empregados domésticos. Eles são forçados a essa situação devido ao problema da terra dentro do sistema de produção capitalista que os leva a diáspora e a busca de fontes de rendas alternativas fora de suas comunidades (FREIRE, 2020, p.40).

Quanto a educação indígena a Secretaria de Estado da Educação de Alagoas dá conta de que há três escolas indígenas na região, tendo em vista as comunidades indígenas aqui pesquisadas, sendo elas a Escola Estadual Indígena José Carapina localizada em Terra Indígena Jiripancó – na Zona Rural da cidade de Pariconha no Povoado Ouricuri. A Escola Estadual Indígena Juvino Henrique da Silva localizada na Rua Joaquim Andrade no Alto da Boa Vista na cidade de Pariconha, na aldeia Katokinn e a Escola Estadual Indígena Ancelmo Bispo de Souza localizada em Terra Indígena Koiupanká na Aldeia Roçado, Zona Rural de Inhapi. Todas elas dispõem das Etapas de Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Apesar dos grandes avanços na área da educação escolar indígena, principalmente, na educação básica mediante muitas medidas afirmativas, ainda há um grande processo em andamento, rumo a total efetivação de uma escola real e diferenciada.

A educação indígena é o centro de grandes discussões, principalmente, dos povos que sentem a necessidade de uma educação “sua”, de acordo com suas tradições e, para chegar a total construção dessa necessidade tem que desbravar um longo caminho de burocracias conflituosas e lentas.

Trata-se da reconfiguração do espaço escolar num triplo movimento: primeiro no plano filosófico, político e conceitual, instituído leituras pós-críticas acerca dos sentidos, significados e representações do objeto educação escolar; segundo, aprimorando os aspectos metodológicos, curriculares e formativos (calendários, temas geradores, gestão, formação continuada); terceiro, reconfigurando nova composição no plano físico e estrutural dos prédios, articulando-os aos demais espaços educativos. Tal disposição tende favorecer, conseqüentemente, a profusão de diálogos interdisciplinares envolvendo vários perfis temáticos. Diálogos com a Linguística, História, Pedagogia, Antropologia, Sociologia, Ciências da Natureza e Exatas, ensejando debates como: profusão bilíngue; discussão de paradigmas conceituais; sistemas cognitivos de aprendizagens; concepções míticas, filosóficas, políticas, estéticas e cosmológicas da cultura indígena; novas relações de hierarquia profissional; implementação

dos projetos pedagógicos; modelo colegiado de gestão escolar; construção e execução do currículo intercultural, etc. São questões intransitivas, ligadas por diferentes processos de conhecimento e acordos, dependendo do que especificamente cada povo indígena elege como mais essencial para si mesmo ou é desafiado a recriar (BARBALHO, 2012, p.129).

A Escola Indígena Ancelmo Bispo de Souza é objeto ativo de resistência para os povos Koiupanká, através da aprendizagem, instrução e compartilhamento de saberes. Lima, Santos e Silva (2020) relatam sobre a valiosa atuação da Escola no processo de organização espacial dessa comunidade, pois através dela os povos Koiupanká desenvolvem a capacidade de se organizar, se adaptar e superar adversidades, recebendo cerca de 212 alunos. Embora seja uma grande conquista da comunidade é uma amostra da desassistência governamental, a Escola foi implantada legalmente em 2006, mas ainda não possui instalações para a realização das aulas, funcionando por um período em salas improvisadas, como cômodos de casas da comunidade e no salão comunitário. De acordo Oliveira e Santos (2020), somente em 2009 através da doação de uma área onde se encontrava um alicerce para a construção de uma casa, os membros da comunidade conseguiram erguer algumas paredes e construir o espaço onde atualmente funciona a Escola Estadual Indígena Ancelmo Bispo de Souza.

A existência da tribo Koiupanká, na Serra do Cruzeiro, no município de Inhapi, requer demandas por parte do governo de Alagoas, a principal é a escola indígena. Existe um projeto que está no papel para a construção do prédio a fim de ampliar a oferta do ensino infantil ao médio. A comunidade indígena procurou o Ministério Público que deu um prazo de seis meses para a construção da escola. A falta de suporte do Estado com a educação indígena não está somente na construção do prédio, mas também se faz necessário haver o concurso público para a efetivação de professores indígenas que atuem nessa escola, como é previsto em lei (LIMA; SANTOS; SILVA, 2020, p.1077).

Contatamos então outras problemáticas para além do prédio escolar, assunto também de grande importância no âmbito educacional dos povos Koiupanká, que é a falta de profissionais especializados. Sabe-se que metade dos professores atuantes não são indígenas e para uma comunidade que visa o ensino diferenciado é preferencial professores indígenas para que o ensino não se distancie da realidade das aldeias. É o que acontece na Escola Estadual Indígena José Carapina onde a porcentagem de professores especializados chega a 50% todos

pertencentes à comunidade indígena Jiripancó. Este é um avanço significativo quando levado em consideração uma educação diferenciada.

Em relatos obtidos por Silva (2018), em sua pesquisa através de conversas informais com os professores Jiripancó, o autor apresenta que existe uma preocupação com o ensino que é passado para os alunos, preocupam-se com o conteúdo que deve ser contextualizado com a realidade, levando o aluno a refletir o assunto comparando com sua própria história.

Para manter viva a história do povo, é importante que a escola e todos da comunidade assumam um compromisso de repassar as lutas e seus acontecimentos históricos ao longo do tempo na aldeia, seja de uma maneira formal ou informal os relatos para que os mais jovens cresçam com a consciência da história de sua comunidade e mantenham viva suas tradições, por esse motivo a história oral tem uma importância primordial (SILVA, 2018, p.25).

Os ensinamentos dos mais velhos assumem papel fundamental na construção dos valores individuais/culturais dos mais jovens, pois são transmissores do conhecimento de várias gerações e esses conhecimentos possibilitam o respeito e aprendizagem necessários para garantir a sobrevivência de seus costumes, suas expressões culturais. Barbalho (2012) discute sobre a importância e à necessidade de novos parâmetros quanto à formatação de políticas públicas, no sentido de se atender, concretamente, os interesses específicos dos povos indígenas, e diz que a concepção de escola, enquanto direito social e de educação, enquanto bem cultural, deva passar por uma real transformação de suas concepções e acepções, também didático-pedagógicas e epistemológicas, garantindo, aos processos de ensino-aprendizagem, a “sobrevivência” da identidade cultural indígena, como valor fundamental.

O professor, por sua vez, sendo ele pertencente à mesma aldeia que leciona, possibilita o avanço do aluno indígena através de seus conhecimentos natos desenvolvidos dentro da sua comunidade (FERREIRA, 2009). Onde ele terá a capacidade de encaminhar o aluno no seu projeto educacional de forma articulada com as necessidades apresentadas na sociedade atual escolarizada, com o mundo atual, globalizado, sem perder de vista suas origens, suas tradições, suas culturas, mas também se dando conta das modificações aceleradas que acontecem em todas as sociedades contemporâneas (FERREIRA, 2009).

É difícil acreditar que exista efetivamente uma escola indígena diferenciada, talvez sim do ponto de vista legal, mas na prática ainda tem muito o que ser feito. É eminente que existe um conjunto de ações que rodeiam essa problemática dentro das comunidades nas quais foram implementadas, para que se tenha uma educação diferenciada e autêntica, mas essas ações esbarram no currículo que traz propostas das escolas convencionais.

Enquanto a escola de ensino convencional visa o ensino globalizado, um ensino que avance de acordo com o progresso da humanidade, a escola indígena diferenciada presa pela permanência dos valores simbólicos e culturais dos antepassados como forma de perpetuar sua existência. Ferreira (2009), apresenta através das entrevistas feita em sua pesquisa alguns desencontros, um deles é a falta de material didático condizente com a realidade dos povos indígenas de alagoas, por exemplo, o que dificulta o ensino, pois o educador encontra no material didático o apoio para desenvolver suas aulas e sem isso ele tem que se modelar e conciliar a história cultural com a nacional, dois campos vastos que merecem um manuseio delicado. De acordo com Barbalho (2012) embora os investimentos do Governo Federal quanto à confecção e produção de materiais didáticos específicos tenham crescido nos últimos anos, isso, no entanto, não significa que haja correspondentemente nas escolas indígenas materiais em quantidade e diversidade para o ensino intercultural. Às vezes o que se dispõe é tão somente exemplares de uma única produção, acerca da cultura indígena, peculiar ao povo. A renovação desse tipo de ação pedagógica, incrementando o currículo, é muito insuficiente.

Levando em consideração a questão financeira, a realidade dos povoados do sertão de Alagoas que se assemelham com as aldeias, é um dos principais motivos que leva o indivíduo à busca de conhecimentos e a opção pelo ensino superior. Essa busca pode ter como objetivo não só o conhecimento acadêmico, mas também político, pois dessa forma a colaboração para sua comunidade não viria apenas por meio da sua profissão específica, mas também através de seu conhecimento político como um órgão da comunidade. Assim, mediante o seu aprendizado ele poderá compartilhá-lo, fortalecendo sua comunidade e sua luta.

Outro ponto que podemos destacar é o conhecimento adquirido através da saída da aldeia e do contato com os não-índios, compreendendo a realidade de vida daqueles fora da aldeia, sendo uma forma de observa e utilizar as informações coletadas para seu próprio desenvolvimento e preparação, tendo em vista a

discriminação e o preconceito que ainda persiste. Não dá para pensar em uma educação com qualidade sem a superação do preconceito e do racismo.

Assim, a busca dos jovens indígenas por educação fora de casa pode se dar por um lado, para obter melhorias no sentido financeiro. Por outro lado, pode ser uma forma de obter conhecimentos que reflitam de alguma forma para seus parentes e para a sua comunidade. A intenção é ter uma formação acadêmica e voltar para as aldeias com novos conhecimentos. Ou seja, concordamos que a busca por conhecimento é um fator predominante aqui, mas devemos levar em consideração que as comunidades indígenas alagoanas sofrem com a falta de recursos e assistência, principalmente, na educação. Apesar das melhorias e das políticas afirmativas e nas ações positivas que impulsionam algumas ações em relação ao passado, ainda tem muito a ser feito. De maneira geral, a formação de professores/as indígenas, a valorização das línguas maternas e o amplo respeito aos saberes tradicionais, somando-se as diferentes percepções de gestão escolar, constituem os grandes desafios da implementação de programas e metas que cercam hoje a educação escolar para as sociedades indígenas (BARBALHO, 2012).

4 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, CAMPUS SERTÃO: CAMPO DE PESQUISA

A implantação da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão em Delmiro Gouveia traz consigo uma nova realidade para o município e para as comunidades circunvizinhas. Tendo em vista que, a cidade atende muitas pessoas que vem em busca do comércio. Parte dessas pessoas ou até a grande maioria, vindos da zona rural pouco ou nada tem acesso a um ensino superior de qualidade, seja por condições financeiras, no caso de um ensino privado, ou por mobilidade.

Com a construção do Campus do Sertão na cidade de Delmiro Gouveia, à medida que suas paredes surgiam com elas nasciam novos sonhos, já que ter a possibilidade de cursar no ensino superior público no sertão foi por muito tempo apenas uma ilusão. Principalmente, quando levado em consideração sobretudo alguns agravantes como o baixo grau de escolaridade em Alagoas, a falta de qualificação profissional e, conseqüentemente, a alienação política que leva a grande parte da população a sofrer com problemas econômicos.

Dessa forma, segundo Firmino (2018), o projeto de expansão da Universidade Federal de Alagoas significa sem sombra de dúvidas o despertar de um novo tempo e uma nova realidade para o estado de Alagoas, ao constituir-se no projeto estruturante atual mais importante do seu território, tendo a educação superior como vetor fundamental de desenvolvimento. De acordo com o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI):

Em maio de 2004, quando a UFAL iniciou estudos para a elaboração de seu projeto de interiorização. Era necessário atender a demanda por educação superior do interior alagoano, que representa 68,5% das matrículas no ensino médio. A forte demanda, base natural e vocações econômicas sub-regionais alagoanas, embasaram o projeto que propôs inicialmente, três novos campi: Arapiraca (Agreste) com Polos em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa; Delmiro Gouveia (Sertão) com Polos Mata Grande, Piranhas e Pão de Açúcar; Porto Calvo (Litoral Norte) com Polos em Porto de Pedras, Joaquim Gomes e Maragogi (REUNI, p.13).

Considerando a ausência de ensino público superior do estado de Alagoas e a grande demanda no aumento de alunos egressos do ensino médio no sertão. O projeto de expansão da UFAL no sertão alagoano seria um grande divisor

de águas na esperança, melhoria e possibilidade de uma educação superior de qualidade.

O projeto de implantação do Campus do Sertão surge através do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que foi criado em abril de 2007, tendo como objetivo “a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” com a adesão ao programa, aparece então uma oportunidade da Universidade Federal de Alagoas consolidar seu crescimento enquanto instituição pública e gratuita, sendo um vetor de desenvolvimento.

A UFAL iniciou suas atividades em Delmiro Gouveia em 15 de março de 2010, em um colégio da cidade, chamado Escola Estadual de Ensino Integral Watson Clementino de Gusmão Silva, com aproximadamente 1200 alunos. Apenas em 2011 é inaugurada a sede do Campus do Sertão, localizada na rodovia AL 145, km 3, nº 3849 em Delmiro Gouveia, Alagoas.

E assim, não só passa a ser desfrutado um ensino público superior de qualidade, como começa a melhorar também a questão econômica do município, já que a chegada da universidade possibilitou o aumento de turistas na cidade, o movimento no mercado imobiliário e na indústria alimentar das grandes e pequenas empresas, apresentando um crescimento favorável.

Sabendo do seu potencial na desenvoltura econômica na sociedade na qual se localiza uma universidade, podemos questionar: qual o papel que essa universidade assume?

Mesmo sabendo que, a resposta feita a qualquer indivíduo seria direta, é uma melhoria na educação profissional dos nossos jovens e um crescimento na educação da nossa cidade. Em termos teóricos, Fávero (2006), vai dizer que:

[...] a universidade é convocada a ser o palco de discussões sobre a sociedade, mas não em termos puramente teóricos, abstratos. Deve ser o espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos, como também o encaminhamento de propostas e alternativas para solução dos problemas (FÁVERO, 2006, p.19).

Ou seja, parte de uma ideia de crescimento e valorização na educação para a formação de indivíduos que consigam desenvolver suas ideias não só levando em

conta à teoria dos livros e sim tomando-os como base para que através deles possa desenvolver a sua opinião, concorda ou discorda, com o que está exposto no livro, desenvolvendo sua autocrítica, indo além disso, desenvolvendo sua capacidade ativa e intelectual de lutar pelos seus direitos por meio de projetos sociais acadêmicos, criando grupos que se dediquem a ações que visem a melhoria comunitária e também estudantil, desenvolvendo projetos acadêmicos de cunho científico de enriquecimento para toda a comunidade acadêmica, entre outros.

Desse modo compreendendo a necessidade comunitária de usufruir de um ensino superior de qualidade, levando em consideração o contexto aqui discutido, para as etnias que se localizam no estado alagoano, a Universidade Federal de Alagoas - Campus do Sertão surge como uma oportunidade para aqueles que se interessam em seguir uma carreira acadêmica, obtendo uma capacitação para levar um melhor ensino para sua aldeia ou até colaborar com melhorias para sua carreira profissional.

4.1 Análise e interpretação de dados coletados

A presente pesquisa foi aplicada a jovens indígenas que cursam/cursaram na Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, localizada nas margens da rodovia 145, km3, nº 3849, na cidade de Delmiro Gouveia – Alagoas. Sabe-se que o objetivo do trabalho é entender a procura do indígena pelo ensino superior, atentando-se para como se dá o processo de inserção desses indígenas na universidade, considerando sua realidade escolar e como ele, o indígena, é preparado para chegar no ensino superior. Tendo em vista, este objetivo foi elaborado um questionário contendo 10 questões. As perguntas foram questionamentos diretamente ligados com suas experiências relacionadas ao tema aqui pesquisado. O questionário foi respondido por 6 alunos que cursam/cursaram na UFAL, este questionário foi aplicado através das redes de comunicações, via aplicativo WhatsApp.

Para preencher o perfil étnico foi pedido a cada sujeito pesquisado que respondesse como cada um se identifica e qual sua etnia. Todos os indivíduos se auto identificaram como indígenas, e a etnia que prevaleceu foi a etnia Katókin, indígenas residentes no município de Pariconha, a princípio a ideia inicial era realizar o questionário com alunos pertencentes a todas as etnias mencionadas

nessa pesquisa, mais com o acontecimento de alguns eventos no período isso não foi possível. É interessante salientar o quanto é necessário aceitar e assumir-se com sua cultura, seus valores e o quanto é importante entender a ideia de uma identidade étnica, pois é um passo fundamental para a autoafirmação.

Todos os sujeitos confirmam que estudaram em escolas públicas e cursam/cursaram o Ensino Superior na Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão nos Cursos de Licenciatura em História, Geografia e Pedagogia. Questão que vai de acordo com Bergamaschi e Kurroschi (2013) sobre a presença indígena no ensino superior, onde pesquisas mostram que, entre os cursos mais procurados pelos povos originários, aparecem os ligados à educação e que é nas licenciaturas que estão grande parte dos acadêmicos indígenas da região norte a sul do país.

Sobre a forma de ingresso na universidade, todos os entrevistados ingressaram através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), onde 60% deles afirmam apenas que ingressaram através do ENEM, 20% através das Cotas Indígenas e 20% por ampla concorrência. O ENEM é, portanto, um mecanismo que possibilita o acesso à educação superior, as notas obtidas através desta prova podem ser usadas para acessar o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), encaminhando o aluno para escolha do curso e da forma de ingresso por cota ou por ampla concorrência (INEP, 2020). Bergamaschi e Kurroschi (2013), afirma que o ingresso por meio de cotas tem propiciado a presença de estudantes indígenas em diferentes cursos convencionais das universidades públicas brasileiras, ampliando assim o acesso desses estudantes ao ensino superior, trazendo visibilidade em todo país e em todos os setores de ensino, pesquisa e extensão. Inclusive, em regiões onde a população indígena é menor.

Com esses mecanismos aumentou, consideravelmente, o número de participantes da prova ENEM e procura pelo Ensino Superior. Dessa forma, quando se questiona sobre as causas que levaram a procurar pelo Ensino Superior, obteve-se três respostas com vertentes que se interligam, a primeira e a mais citada, foi a busca por uma formação acadêmica. Logo, supõe-se que a busca por formação seja visando aptidão para o mercado de trabalho, isso se relaciona com o que outro indivíduo responde “busca por qualificação para suprir a necessidade financeira”, e outra única que fala sobre a busca por representatividade dentro da universidade.

Quanto às possíveis dificuldades no percurso ida e vinda para o campus,

enquanto a minoria citou como causa o transporte e o custo, podemos cogitar que sejam alunos que precisam conciliar trabalho e universidade, a maioria disse que não há problema em relação ao transporte, pois a prefeitura vinha disponibilizando meios de transporte diário. Considerar a localidade que cada indivíduo reside é relevante, pois em algumas comunidades o acesso é mais difícil do que em outras, considerando a geografia do município citado.

Sobre a falta de ações lançadas à cultura indígena, todos concordam que há uma deficiência, mas nenhum apontou justificativas. Não se aprofundar nessa questão traz uma insatisfação, pois debater sobre lutas e as melhorias que a universidade pode possibilitar, ou um planejamento para melhorar é algo importante para o desbravamento das fronteiras que ainda existem e para o crescimento cultural no âmbito universitário.

Na última questão, foi perguntado sobre as expectativas a longo prazo sobre a graduação/profissão, as respostas foram diversas, entre elas “se formar e conseguir um emprego”, “levar todo conhecimento adquirido para meu povo”, “ter reconhecimento e respeito pelos colegas da universidade, através da graduação”, “ter a devida valorização e respeito da minha identidade como indígena”. Pontos que já foram citados no decorrer da pesquisa e que precisam ser considerados, pois confirmam algumas necessidades reais desses jovens que visam no ensino superior uma mudança de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como pretensão, compreender à procura dos povos indígenas por ensino superior no sertão de alagoas, uma realidade e um avanço quando enxergamos que ainda nos dias de hoje os povos indígenas enfrentam desafios para além dos problemas territoriais, como o racismo, o preconceito e a privação de acesso aos serviços públicos. Para isso foi definido alguns objetivos: Como ele, o índio é preparado para entrar na universidade? Quais causas os levam a querer frequentar o ensino superior? Quais são as fronteiras/limites étnicos? Onde esses limites estão localizados no contexto socioeconômico educacional? Como se dá o processo de identificação dentro do campus?

As etapas iniciais de escolarização de um indivíduo formam um conjunto de pilares que irão alicerçar a progressão escolar do aluno, dessa forma é importante entender a realidade e preparação que cada estudante teve para chegar no ensino superior. Verificou-se que a realidade das escolas indígenas influencia no desenvolvimento desse percurso, por isso, a importância da presença de um currículo que atenda e garanta uma educação diferenciada permitindo a transmissão de conhecimentos próprios da sua comunidade indígena, acompanhados da participação de profissionais capacitados, que carregam uma bagagem de conhecimentos natos da sua cultura e da sua comunidade, promovendo a solidificação desses pilares.

A análise de dados permitiu concluir que os jovens indígenas não têm uma preparação específica para o ensino superior e estudam em escolas convencionais públicas e que é garantida a locomoção para a universidade. Quanto a procura por ensino superior, é notável um paralelo entre a busca por conhecimento e pelo ensino superior, esses jovens visam conhecimentos que os possibilitem a ter voz participativa como cidadão, nas discussões políticas sociais da sua comunidade e que consiga compartilhar os conhecimentos adquiridos, mas também buscam a formação acadêmica como caminho preparatório para se lançarem no mercado de trabalho, buscando se qualificar para suprir a necessidade financeira.

Sendo assim, compreende-se que fatores como preparação escolar, fronteiras étnicas e as problemáticas socioeducacionais são existentes sim, mas não

impossibilitaram a busca desses jovens pelo ensino superior. As questões de identidade no âmbito acadêmico pouco discutido aqui, fica como sugestão para mais aprofundamento futuros, levando em consideração a pouca discussão desse tema, tendo em vista que a coleta de dados foi realizada via redes sociais por conta da pandemia da “Covid -19”³, assim não foi possível o contato com alunos de todas as etnias aqui mencionadas.

A busca de jovens indígenas pelo ensino superior é um caminho de possibilidades para melhoria de vida desses indivíduos dentro e fora da sua aldeia. Devemos considerar que ações devem ser trabalhadas em relação a revitalização física e curricular das escolas indígenas, para que proporcionem uma aprendizagem condizente com a realidade social/cultural desses alunos e que seja realmente diferenciada, junto com profissionais locais devidamente capacitados.

Essa pesquisa é um pontapé inicial para a temática discutida que se ramifica com muitas outras questões e que podem ser trabalhadas de forma mais abrangente dentro do campus universitário.

³ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- AMES, Valesca Daiana Both, ALMEIDA, Marilis Lemos de. Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS. **Rev. Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 56, jan-abr 2021, p. 244-275. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-98065> Acesso em: 10 dez. 2022.
- AMORIM, Siloé Soares de. Notas Etnográficas: a construção da auto-imagem de povos indígenas ressurgidos, os Tumbalalá, os Kalankó e os Karuazu, Kóiu panká e Catókinn. **Studium** 13, Jaraguá, 2003.
- AMORIM, Siloé Soares de. **Os Kalankó, Karuazu, Koiupanká e Katokinn: resistência e ressurgência indígena no alto sertão alagoano**. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- BARBALHO, José Ivamilson Silva. **Discurso como prática de transformação social: o político e o pedagógico na educação intercultural Pankaká**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, [S. l.], 2012.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; KURROSCHI, Andréia Rosa da Silva. Estudantes Indígenas no Ensino Superior: O Programa de Acesso e Permanência na UFRGS. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v.6, n.2, p.1-20, 2013.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os indígenas no Censo Demográfico 2010. Brasília. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2021.
- FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, Editora UFP, n. 28, p. 17-36, 2006.
- FERREIRA, Gilberto Geraldo. **A educação dos Jiripancó: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de Alagoas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal de Alagoas, [S. l.], 2009.
- FIRMINO, Mônica Maria. **A expansão da Universidade Federal de Alagoas UFAL no interior nordestino: o campus do sertão no desenvolvimento do município de Delmiro Gouveia e Região**. 2018. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Alagoas, [S. l.], 2018.
- FREIRE, Adriana Cirqueira. **Etnias indígenas alagoanas**. Maceió/ AL: Editora Instituto Federal de Alagoas (IFAL), 2020.
- GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Toré e Jurema: Emblemas Indígenas no Nordeste do Brasil. **Cultura Indígena/ Artigos**. São Paulo. v.60 n.4, p. 43-45, 2008.

LIMA, SANTOS, SILVA. Magna C. João PA. Regilma S. Um relato de resistência no Sertão Alagoano: a (re) organização espacial da Etnia Koiupanká na Aldeia Roçado em Inhapi/ AL. **Diversitas Journal**. Santana do Ipanema/ AL, v. 5, n. 2 (abr./jun.), p. 1068-1079, 2020.

OLIVEIRA, SANTOS. Allyne AR. Inalda M. O direito à educação escolar indígena e a saga do povo Koiupanká: A resistência de uma escola “que não existe”. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 9, p.66998-67010, 2020.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume**: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó - Alagoas. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SANTOS, Monique Novaes Agra. **O município de Delmiro Gouveia e os impactos urbanos causados pela implantação da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão**. 2018. Monografia (Engenharia Civil) - Universidade Federal de Alagoas, [S. l.], 2018.

SILVA JÚNIOR, Gerson Alves da. **Política de assimilação**: educação escolar indígena em Alagoas a partir da constituição de 1988. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal de Alagoas, [S. l.], 2008.

SILVA, Edson. Ensino e sociodiversidades indígenas: possibilidade, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. **MNEME- Revista de Humanidades**. Dossiê Histórias Indígenas. Caicó, v. 15, n. 35, p. 21-37, jul./dez. 2014.

SILVA, Edson. Povos Indígenas No Nordeste: Contribuição a Reflexão Histórica sobre o Processo de Emergência Étnica. **MNEME revista de humanidades**, v.4, n.7 – fev./mar, 2003. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme. Acesso em: 08 jan. 2021.

SILVA, Marina do Nascimento. **A Escola Indígena José Carapina em Pariconha - Alagoas**: memórias sobre a concepção, construção e o ensino diferenciado (2003-2018). 2018. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Alagoas, [S. l.], 2018.

VIEIRA. Jorge Luiz Gonzaga. Povos do Sertão de Alagoas: confinamento, diáspora e reterritorialização. **Revista Incelências & Revistas do Núcleo de Programas de Pesquisa**. Maceió, p. 28 – 45, 2010.

SITES

<http://www.ufal.edu.br/sertao/institucional/localizacao>. Acesso em: 04 mar. 2020.

<https://cimi.org.br/terras-indigenas/>. Acesso em: 27 abr. 2021

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-04/ingresso-de-indigenas-em-faculdades-e-nove-vezes-maior-do-que-em-2010> Acesso em: 10 mar. 2020.

<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/o-brasil-indigena-ibge-1>. Acesso em: 10 mar. 2020.

<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus> . Acesso em: 20 nov. 2022.

www.indigenas.ibge.gov.br . Acesso: 18 dez. 2020.

<http://www.educacao.al.gov.br/educacao/educacao-indigena> Acesso em: 15 jan. 2021.

https://ufal.br/transparencia/institucional/plano-de-desenvolvimento/PDI_2008_2012.pdf/view. Acesso em 04 mar. 2020.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_de_Apoio_a_Planos_de_Reestrutura%C3%A7%C3%A3o_e_Expans%C3%A3o_das_Universidades_Federais Acesso em 04 mar. 2020.

POVOS INDIGENAS NO BRASIL. **Kalanko**. (Siasi/Sesai, 2014). Publicado originalmente em 08/2009, modificado em 13 de julho de 2018. Acesso em 24/08/2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kalank%C3%B3>

POVOS INDIGENAS NO BRASIL. **Karuazu**. (Funasa, 2010). Publicado originalmente em 11/2009 modificada em 20 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karuazu>

QEDU. **Escola Estadual Indígena Juvino Henrique da Silva**. Fonte: Censo Escolar 2021, INEP. Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/escola/27047776-ee-indigena-juvino-henrique-da-silva>

QEDU. **Escola Estadual Anselmo Bispo de Souza**. Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/escola/27230562-escola-indigena-ancelmo-bispo-de-souza>

QEDU. **Escola Estadual José Carapina**. Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/escola/27003108-escola-indigena-jose-carapina>

MAPA DE CONFLITOS INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. AL – Povo indígena Kalankó tem língua própria, mas ainda luta por ter sua identidade reconhecida, sua terra delimitada e sua comunidade assistida dignamente com saúde e educação. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/al-povo-indigena-kalanko-tem-lingua-propria-mas-ainda-luta-por-ter-sua-identidade-reconhecida-sua-terra-delimitada-e-sua-comunidade-assistida-dignamente-com-saude-e-educacao/>. Acesso em: 05 mar. 2021.

MAPA: Fontes: IBGE 2013, malha municipal, formato Shapefile; FUNAI 2016, terras

indígenas, formato Shapefile; SEPLAG/SINC/GGEO 2017. Disponível em :
<https://portal.dados.al.gov.br/catalogo/dataset/438799d6-7375-4189-a205-debf4aff484/resource/9f5bd152-fedf-4145-81d8-3d0865f5eadc/download/terrasindigenas.png> Acesso em 11 set. 2021

ANEXOS**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO****O ÍNDIO NA UNIVERSIDADE: identidade e fronteiras étnicas
Questionário**

1. Qual seu nome?

2. Você se identifica como índio?
 Sim.
 Não.
3. Qual sua etnia?

4. Onde você cursou o ensino médio?
 - a) Na aldeia
 Escola Indígena
 Fora da aldeia
 Escola Pública
 Escola Particular
 Outra

5. Qual sua forma de entrada na universidade?

6. Quais causas te levaram a querer frequentar o ensino superior?

7. Em que curso você está / esteve matriculado?

8. Quais as dificuldades encontradas no percurso ida e vinda para a universidade?

9. Sente falta de ações lançadas diretamente à cultura indígena?

10. Quais suas expectativas a longo prazo sobre sua profissão/graduação?